



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1536/15	DATA: 27/08/2015	
LOCAL: Auditório do Anexo IV	INÍCIO: 10h30min	TÉRMINO: 12h23min	PÁGINAS: 40

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL - Secretário Substituto de Defesa Agropecuária do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

ANDRÉ NASSAR - Secretário de Política Agrícola do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

TÂNIA MARIA MARTINS SANTOS - Coordenadora-Geral de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica.

PAULO HENRIQUE DE MORAIS - Assessor Técnico da Cáritas Brasileira da Região Centro-Oeste.

ANA CLÁUDIA MATOS DA SILVA - Representante quilombola da Rede Cerrado.

SUMÁRIO

Discussão do Plano Nacional de Defesa Agropecuária - PDA e da Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA (MARANHÃO, TOCANTINS, PIAUÍ E BAHIA).

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.

Houve exibição de imagens.

Há orador não identificado em breve intervenção.

Houve intervenções ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Bom dia a todos. Sejam bem-vindos.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinada a discutir o Plano Nacional de Defesa Agropecuária e a Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA, essa nova agência, que vai trabalhar a questão do desenvolvimento em territórios pertencentes ao Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia.

O requerimento é de minha autoria, mas eu o apresentei justamente a pedido das organizações ambientalistas do Estado, lideradas aqui pela Profa. Tânia Maria Martins Santos, e de setores do poder público desses Estados, que também querem ter um maior entendimento sobre o desenho econômico-social que será aplicado.

Comunico a todos que o evento é transmitido ao vivo pela Internet e será gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora.

Convido os expositores para ocuparem seus lugares: Sr. Luís Eduardo Pacifici Rangel, Secretário Substituto de Defesa Agropecuária do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA, representando o Sr. Décio Coutinho; Sr. André Nassar, Secretário de Política Agrícola do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Profa. Tânia Maria Martins Santos, Coordenadora Geral de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica; e Sra. Ana Cláudia Matos da Silva, representante quilombola da Rede Cerrado.

Esta é uma questão pública.

Eu quero registrar a presença dos Deputados Penna, Zé Silva e Rodrigo Martins.

Nós vamos conceder 15 minutos para que cada expositor possa apresentar as suas ideias sobre a matéria. Haverá um debate interativo, através da Internet e do Portal da Câmara dos Deputados. Os servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham esta audiência.

Esta reunião está sendo gravada. Por isso, eu solicito aos palestrantes que sempre utilizem o microfone para as suas intervenções. E ainda peço a S.Sas. que



assinem autorização para que a Câmara dos Deputados possa publicar suas exposições e utilizar suas imagens para transmissão pela Internet.

Nós tomamos a iniciativa de promover este debate, e agradeço a presença de todos, para conhecer com mais detalhes o Plano Nacional de Defesa Agropecuária, sobretudo no tocante à criação dessa agência de desenvolvimento que se dedicará a uma região integrada por 35 microrregiões do Maranhão, do Piauí, do Tocantins e da Bahia.

Entre outros aspectos, a ideia é que esse plano modernize o setor, atualize as normas sanitárias e dê maior visão à sustentabilidade.

A Agência destina-se a promover e implementar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico sustentável das atividades agrícolas e pecuárias realizadas em sua área de atuação, 73 milhões de hectares, orientando investimentos produtivos a serem realizados na região.

Trata-se de região com grande potencial de transformação socioeconômica e com um dos poucos espaços para expansão da economia agrícola de que o Brasil ainda dispõe.

Todos pensam justamente que essa é uma decisão importante para todos nós, porque vai marcar uma atuação efetiva do poder público nesses territórios. Mas é também uma preocupação, justamente porque a ocupação do Cerrado já tem mais de duas dezenas de anos, e há grandes problemas em relação ao uso de tecnologias para produção, plantação, uso de defensivos e ocupação humana. A exploração do Cerrado é uma exploração, sobretudo, de uso intensivo de capital. E a questão ambiental perpassa sempre que há uma expansão da economia rural.

Nesse sentido, nós estamos aqui reunidos.

Passarei inicialmente a palavra para o representante do Ministério da Agricultura, que tratará do Plano Nacional. Em seguida, nós ouviremos o Sr. André Nassar, que falará sobre a Agência.

Com a palavra ao Dr. Luís Eduardo Pacifici Rangel, que representa o Ministério da Agricultura, no tocante às políticas agrícolas.

O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL - Obrigado, Deputado. É uma honra ter sido convidado e representar o Secretário de Defesa Agropecuária, Dr. Décio Coutinho. Eu estou na condição de Secretário Substituto. Eu também ocupo a



posição de Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal do Ministério da Agricultura, dentro da Secretaria de Defesa Agropecuária. A missão que me passaram hoje é falar um pouco mais em detalhes para os senhores sobre o conceito do que nós lançamos este ano, que é o chamado Plano de Defesa Agropecuária.

Inicialmente, eu quero deixar bastante claro que os servidores do Ministério da Agricultura estão muito otimistas e animados com essa iniciativa do lançamento do Plano de Defesa Agropecuária pela Presidente da República este ano, porque, no entendimento do Ministério, nós tivemos, historicamente, dois grandes movimentos emblemáticos dentro do Ministério da Agricultura para o fortalecimento da agropecuária nacional.

O primeiro, em 1974, com a criação da EMBRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que foi um marco para a tecnologia agropecuária no Brasil. Muito se avançou na questão da agropecuária no País, e a EMBRAPA é um ícone de tecnologia não só para a própria agropecuária e sua produtividade, mas para a questão da sustentabilidade, já que estamos falando também do contexto de meio ambiente.

E agora, em 2015, nós tivemos essa outra visão revolucionária, no nosso entendimento, que é um foco sobre o que nós chamamos de defesa agropecuária.

Em linhas gerais, só para que todos entendam, a missão da defesa agropecuária no Brasil é garantir, através das ferramentas hoje disponíveis, que a agropecuária nacional esteja protegida de eventuais pragas nos vegetais ou doenças nos animais, que são consideradas exóticas ou ausentes do Brasil, que possam prejudicar a produção ou o próprio meio ambiente brasileiro.

Então, para isso nós temos o que chamamos de exército de fiscais federais agropecuários, fiscais estaduais agropecuários, engenheiros agrônomos, médicos veterinários, pesquisadores, espalhados por todo o Brasil, que fazem um zoneamento dos riscos de pragas e doenças agropecuárias pelo Brasil, em função das peculiaridades do País.

Não é novidade para ninguém que fazer defesa agropecuária ou fazer gestão de pragas e doenças no Brasil é um desafio gigantesco. Costumo dizer que não existe paralelo no mundo ao que nós fazemos aqui.



Algumas pessoas costumam invocar modelos internacionais, como o da Nova Zelândia ou do Chile, como modelos de excelência em defesa agropecuária. Eu costumo dizer que fazer isso em países com essa envergadura e complexidade é muito mais fácil do que fazer no Brasil com a complexidade, número de biomas, de ambientes agrícolas e paisagens agrícolas que tem hoje.

Então, o desafio do Plano de Defesa Agropecuária é, de fato, organizar todas as iniciativas que já vinham sendo pensadas, do ponto de vista estratégico, há muitos anos, dentro do Ministério da Agricultura, num grande programa, num grande projeto do Ministério da Agricultura para que nós possamos avançar, nos próximos 20 anos, de maneira sustentável, dentro da visão da agropecuária, na questão da produtividade, da produção agrícola, abastecendo o mercado doméstico e também com vistas aos dividendos vindos da exportação.

As questões de pragas e doenças envolvidas no agronegócio são limitantes para o nosso trabalho. O Presidente colocou muito claramente aqui a preocupação, por exemplo, desse contexto de defesa, com o uso, às vezes, de produtos químicos, como os defensivos agrícolas, que, obviamente, têm efeitos colaterais negativos ao ambiente.

Então, nós entendemos que, do ponto de vista dessa visão de sustentabilidade, a defesa agropecuária está muito correlacionada a essa questão de proteção ambiental, porque, ao evitar a entrada de pragas e doenças e manejá-las de maneira inteligente, nós reduzimos os impactos de efeitos colaterais como, por exemplo, a questão dos defensivos agrícolas e dos agrotóxicos.

De maneira geral, para que os senhores entendam exatamente como estão divididos os eixos do Plano, nós temos algumas iniciativas, alguns eixos, dentro do Plano de Defesa Agropecuária, que se dividem basicamente numa reforma, num remodelamento da legislação de defesa agropecuária que nós temos hoje.

A legislação de defesa remonta, mais ou menos, 85 anos. Nós temos legislações da década de 30 que vêm sendo reformadas de maneira anacrônica dentro desse universo. É preciso dar uma nova visão legislativa, legal para esse processo da defesa agropecuária, exatamente pela importância que ela tem no Brasil.



A organização, o método que nós temos que trabalhar também é fundamental. Há de se criar métricas para medir esses processos, reorganizar a estrutura do Ministério da Agricultura com os Estados, lembrando que o Ministério da Agricultura, como área federal, é a cabeça do que nós chamamos de “SUS da agricultura” ou SUASA, Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, que envolve, como eu comentei inicialmente, um exército de pessoas: aproximadamente 2.800 fiscais federais agropecuários, 5.800 fiscais estaduais e um exército maior ainda de agentes privados.

Isso está tudo coordenado dentro de um projeto. Nós temos projetos técnicos que visam reduzir impacto de algumas pragas que foram elencadas como de prioridade.

Na área vegetal, nós elegemos inicialmente a chamada mosca-das-frutas, que é uma praga que ataca indiscriminadamente — é uma praga prolífera — uma série de fruteiras no Brasil, inclusive fruteiras nativas, que precisamos preservar no Brasil, lembrando que essa praga, especificamente, não se combate com agrotóxicos, ela precisa de um controle biológico. E para isso a tecnologia e a sustentabilidade na defesa agropecuária precisam ser atingidas nesse ambiente.

Na área animal, nós temos uma série de pragas que também precisam ser controladas, porque trazem riscos à saúde pública, como a brucelose e a tuberculose bovinas que precisam ter programas efetivos de combate para evitar a proliferação de doenças nos consumidores brasileiros e, obviamente, restringir nosso mercado de exportação.

Nós temos também um projeto muito ambicioso que é de dar sustentabilidade financeira à defesa agropecuária. É uma atividade, como o próprio nome diz, de defesa agropecuária. Ela está intimamente ligada a algumas atividades que são típicas de Estado, como a própria defesa armada brasileira, o Ministério da Defesa. Então, não pode haver limitações financeiras de orçamento para combater essas pragas. Eu costumo brincar que nós não temos contrato com a natureza. Nós não podemos esperar, por exemplo, que uma praga tenha um comportamento em função da nossa expectativa de gastos orçamentários.



Nós precisamos agir a tempo e hora, quando esses fenômenos biológicos acontecem na nossa fronteira ou quando acontecessem dentro de determinados pontos do território nacional.

Então, nós precisamos ter essas garantias dentro do que chamamos de sustentabilidade financeira da defesa, e estamos regulamentando todos esses aspectos.

De maneira geral, o plano se resume a uma série de iniciativas que já vinham sendo pensadas e que agora ganham corpo dentro do Governo Federal para que, no entendimento da Ministra Kátia Abreu, no universo de 1 ano, nós consigamos obter os primeiros resultados. Mas é um plano estruturante para um universo de médio e longo prazos, de 5 a 20 anos, para podermos realmente ter uma nova defesa agropecuária no Brasil que atenda os interesses de quem produz e, obviamente, os interesses de toda a sociedade brasileira que envolve a questão ambiental. Nós entendemos que estamos intimamente correlacionados com isso.

Deputado, rapidamente, eram essas as minhas palavras. Obviamente, eu vou dividir o tempo com o Dr. Nassar, que vai explicar sobre o MATOPIBA, outro projeto que tem vinculação com isso. Mas, em linhas gerais, o Plano de Defesa Agropecuária se resume a essas iniciativas.

Obrigado pela disponibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Quero registrar a presença dos Deputados Leonardo Monteiro e Augusto Carvalho, membros da Comissão de Meio Ambiente.

Passo a palavra ao Dr. André Nassar, Secretário de Política Agrícola do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. ANDRÉ NASSAR - Bom dia, Deputado Átila Lira. Muito obrigado pelo convite.

Saúdo os Deputados Leonardo Monteiro, Augusto Carvalho e todos os presentes.

Eu só queria que as pessoas entendessem que o conceito do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, lançado no mês de maio, é meio transversal dentro do Ministério da Agricultura, porque ele não se refere à Secretaria A, B ou C e, sim, a um esforço grande de várias secretarias.



Ele está baseado principalmente em três quesitos: na questão de infraestrutura e logística; na questão de adoção de tecnologia; e no conceito de fortalecimento da classe média.

Eu vou falar um pouco de cada um deles, mas eu queria que os senhores e as senhoras entendessem bem qual é a nossa intenção com esse plano.

O diagnóstico é o seguinte: se nós olharmos hoje o MATOPIBA — quando nós falamos no MATOPIBA, estamos falando do Cerrado do Maranhão, Tocantins, Piauí e da Bahia —, ele deve representar, hoje, de 7% a 8% da área plantada de grãos do Brasil. É a região com maior crescimento nos anos recentes. Foram esses os Estados que mais apresentaram crescimento.

A tendência, de acordo com o que temos analisado aqui, é que a participação do MATOPIBA — vamos chamar de MATOPIBA, porque está delimitada a região — é que a participação dessa região na produção de grãos, na exportação e, conseqüentemente, na produção de carnes, porque uma coisa atrai a outra, ganhe bastante relevância nos próximos anos.

De fato, nós estamos enxergando o MATOPIBA, do ponto de vista econômico, como uma região muito relevante para a produção, tanto para mercado doméstico quanto para exportação. Essa é uma visão que existe dentro do Ministério da Agricultura.

O que o Ministério da Agricultura quer evitar? Ele quer evitar que essa expansão ocorra só em cima de módulos grandes de produção. É isso que nós queremos evitar basicamente.

Hoje existe um modelo no MATOPIBA de grande escala de produção, em algumas regiões. A nossa visão, no Ministério da Agricultura, é de que esse é um modelo válido. Eu conheço bem essa região, principalmente, é claro, os produtores de grãos. Tive boas experiências, sobretudo no oeste da Bahia. Hoje vou para essa região de novo, porque não podemos ficar muito longe, senão nós nos esquecemos do que está acontecendo.

Nós sabemos que há um modelo de produção baseado em grandes áreas, mecanizado, como o Deputado colocou, intensivo em capital.

Na nossa visão, esse é um modelo muito importante, porque gera muita renda que, em tese, se distribui regionalmente. E aí promove desenvolvimento, talvez não



rural, mas desenvolvimento urbano lá na região. Isso é muito relevante. Esse modelo de produção traz benefícios econômicos muito fortes.

Os benefícios sociais têm que ser pensados, porque, não necessariamente, um modelo de produção intensiva, capital intensivo, é bom para gerar emprego de qualidade, mas, muitas vezes, não gera muitos empregos.

E nós sabemos que em diversas regiões do MATOPIBA, onde se tem as condições de aptidão para produção menos favorável — é fácil de nós vermos, se nós olharmos o oeste da Bahia é fácil, à medida que vamos em direção ao São Francisco, vamos saindo de uma produção de alta escala para módulos menores de produção em condições bem mais desfavoráveis.

Há um diagnóstico claro lá de que existe um tipo de agricultura que está se desenvolvendo bem, mas que tem problema do ponto de vista econômico. Daí esse pilar da questão da logística, porque o pilar da logística vai fazer muita diferença, e o pilar da inovação tecnológica.

Vamos comparar a produção de milho, soja e algodão do MATOPIBA com a de Mato Grosso: Mato Grosso tem duas safras; MATOPIBA, uma. Do ponto de vista econômico, o Mato Grosso tem condições de crescimento e de diversificação muito melhores.

Nós sabemos que, do ponto de vista agrícola, há riscos, e se tem enfrentado isso. Quer dizer, nós temos visto nos últimos 3, 4 anos, problemas de seca, problemas de veranico relevantes em um momento crucial do desenvolvimento da soja e uma demanda grande por expandir a agricultura irrigada ali, justamente por causa desses problemas.

Então, é um modelo de agricultura que precisa de uma atenção importante, principalmente nas questões de infraestrutura e logística e de desenvolvimento de tecnologias que permitam que esses riscos que ocorrem lá, por questões climáticas, principalmente, sejam mitigados. Quer dizer, não são tanto questões de solo e de relevo, porque já há uma ocupação das áreas mais favoráveis de relevo — o solo não muda muito — com essa agricultura de maior escala.

Trata-se de uma agricultura que, numa visão mais econômica, oferece alguns riscos que faz sentido o Governo ajudar a mitigar, sobretudo olhando infraestrutura.



Agora, nós sabemos que tem um pedaço enorme do setor agrícola ali, o qual estamos denominando de classe média, que não consegue absorver essa tecnologia que está sendo desenvolvida por esses grandes produtores. É algo que os produtores fazem, mas que não é absorvido por esses produtores médios.

Qual a nossa preocupação? Se nós pegarmos o dado do Censo — está certo que são dados de 2006, mas, enfim —, veremos que ele indica que na delimitação aqui do MATOPIBA são 324 mil estabelecimentos rurais com renda inferior a dois salários mínimos/mês. Esse é o negócio.

Nós sabemos que há um contingente enorme de produtores, de agricultores que estão no MATOPIBA, são de baixa renda, e a questão tecnológica de incorporar a tecnologia, de diversificar a produção não é trivial. E nós sabemos que essa agricultura de maior escala tem uma dinâmica que acaba não trazendo benefícios diretos para esse outro grupo. Daí a ideia do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, daí a ideia de um trabalho pensado do ponto de vista espacial, do ponto de vista social, do ponto de vista econômico, com todas as vertentes que nós temos que olhar.

Como alcançar esse contingente de produtores que não conseguem incorporar tecnologia, não conseguem um ganho de escala? Talvez algumas pessoas não concordem, mas eu acho que algum ganho de escala tem que haver, porque ele é importante, sim.

Eu não estou falando que se vai pegar uma propriedade de 100 hectares e transformá-la em 10 mil, eu não estou falando isso, mas algum ganho de escala tem que haver, ou juntando-se os produtores, ou organizando-se os produtores.

Como evitar que essa agricultura mais econômica do MATOPIBA cresça e essa outra não venha junto? É isso o que nós queremos evitar basicamente.

Nós entendemos que o Ministério da Agricultura tem um papel central nisso, olhando o lado de assistência técnica, olhando o lado das tecnologias que estão sendo desenvolvidas, olhando o lado do modelo produtivo que está sendo adotado, para ver se aquele modelo produtivo funciona. Então é esse o grande desafio do Plano.

Eu só queria falar algo antes de terminar, e nós podemos debater isto aqui, eu acho que isto vai fazer parte do debate. Nessa nossa estratégia de agenda



econômica de agricultura de grande escala e nessa agenda social e de desenvolvimento rural de agricultura de menor escala, eu vou chamar assim, eu não consigo ver que, ao empurrar essas agendas, nós geremos prejuízos para outras populações ou outros tipos de ocupação, eu não sei bem como explicar isso, que ocorrem no MATOPIBA.

Por exemplo, se alguém me falar assim: *"André, isso que vocês estão propondo põe em risco as quebradeiras de babaçu do Maranhão"*. Eu não consigo ver esse choque, mas eu sei que existe uma visão de que esse choque está colocado ali. Na política do MAPA, eu não consigo ver essa nossa estratégia gerando esse choque. Eu acho que ela está bem pensada especialmente de forma que não vai promover necessariamente esse choque.

E o plano é abrangente o suficiente, com todos os diferentes Ministérios, para que nós não pensemos o MATOPIBA só como uma grande região que vai produzir muito e exportar tudo para a China. Ele não está sendo pensado assim. Eu acho que é muito importante as pessoas entendam isso, terem uma visão aberta desse negócio e não uma visão fechada.

É óbvio que nós não vamos abrir mão dessa agenda econômica que é muito relevante. Infraestrutura lá é muito relevante, desenvolvimento tecnológico para esses grandes produtores é muito relevante. Nós sabemos que o benefício econômico desse tipo de agricultura, para fora da agricultura, é muito grande — é muito grande —, geram-se serviços, traz-se indústria, fazem-se muitas coisas que desenvolvem a região, com base nessa agricultura que é fortemente capital intensivo e fortemente econômica.

A meu ver, o espaço para cada um existe ali. A nossa estratégia, dentro do Ministério, parece-me adequada, ou seja, ela não é pensada para que só um determinado grupo que ocupe aquela região sobreviva ou tenha o seu desenvolvimento garantido, em detrimento de outros.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Eu agradeço ao Dr. André Nassar a exposição.



Registro a presença do Deputado Rodrigo Martins, que vai assumir a presidência dos trabalhos enquanto eu vou resolver um assunto ligado à Comissão. Eu retornarei imediatamente.

Essa temática é relevante, essa preocupação a respeito da ocupação da agência também. As quebradeiras de coco estão aqui participando justamente para colocar esse receio. E está aqui a Cáritas, que também é uma agência de proteção social no Brasil.

Este debate também trata da questão ambiental. Eu creio que hoje o Governo jamais irá fazer qualquer tipo de intervenção sem pensar no desenvolvimento sustentável e na Agricultura de Baixo Carbono, que seria a agricultura que se procura ter, para que o Brasil dê a sua contribuição no enfrentamento do problema.

Considero o MATOPIBA relevante, meus caros amigos do Ministério da Agricultura. Ele é transversal, e, pela primeira vez, há uma intervenção pública para ordenar a economia da região e, sobretudo, dar um ordenamento de proteção social a outras atividades agrícolas e às populações dessas regiões. Eu vejo assim.

Eu creio que essa ação governamental vai organizar melhor o agronegócio no Cerrado, que sempre foi exclusivamente privado, mas, pela primeira vez, vai ter a presença do poder público de forma muito mais ampla. Nós não temos só o enfoque na agricultura, nós vamos ter toda uma visão de sistema de intervenção pública para o setor.

Eu sou do Estado do Piauí. Preocupo-me com a questão do meio ambiente, mas estou encarando essa questão da economia da região, que vai ter uma transformação muito grande nos próximos anos.

Nós vamos ter a exposição da representante quebradeira do coco babaçu, não é?

(Não identificado) - Quilombola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - É quilombola, mas quebra coco babaçu. Eu conheço muito bem isso, porque a minha região tem muito coco babaçu, inclusive na região em que nós mais vivemos.

Eu quero passar a palavra ao Deputado Rodrigo Martins, do PSB do Estado do Piauí, também um dos autores deste requerimento.



Ouviremos também a Dra. Tânia, que vai falar justamente sobre o movimento de preservação ambiental em toda a região da Mata Atlântica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Bom dia.

Vamos dar sequência à audiência pública.

Ouviremos agora a Dra. Tânia Maria Martins Santos, Coordenadora-Geral de ONGs da Mata Atlântica.

A SRA. TÂNIA MARIA MARTINS SANTOS - Bom dia.

Gostaria de agradecer à Comissão por abrir este espaço para que nós possamos discutir este megaprojeto do MATOPIBA.

Eu vou falar bem rapidamente, porque eu gostaria de dividir o espaço com o colega da WWF Brasil. Se ele não estiver presente, eu gostaria de dividir esse espaço com o companheiro da CONTAG — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Nós da Rede Ambiental do Piauí e da Rede de ONGs da Mata Atlântica, quando vimos este programa do Governo que abrange quase 73 milhões de hectares, levamos um susto, porque é um “mega” programa. E vimos que ele estava todo ou mais direcionado para a classe empresarial.

Naquele espaço de terra onde vivem quase 400 mil pessoas, há os trabalhadores rurais, há as populações quilombolas, há as populações tradicionais, há os indígenas, que é um dos maiores patrimônios deste País. E nós percebemos que, além deles, existem os biomas sagrados para o nosso País: o Cerrado, principalmente, que é o sustentáculo da região; a Caatinga; a Mata Atlântica, remanescentes da Mata Atlântica, e outros biomas associados nesse espaço.

Só a Bahia e o Piauí têm ainda remanescentes da Mata Atlântica. No caso do Piauí, esses remanescentes estão sendo completamente destruídos. Eu queria até que mostrassem as fotos, as imagens.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vejam o que está acontecendo nessa região, só do Piauí, onde há os Municípios que abrangem o MATOPIBA do grande agronegócio.

Isso tudo é mata virgem que foi destruída, em nome do progresso. Eu não sei se vale a pena, porque a mata em pé é muito mais rendosa do que isso que estavam fazendo.



Nesse caso, é para a produção da indústria do carvão. Essa área é onde vai ser implantado o projeto do MATOPIBA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Qual é a cidade?

A SRA. TÂNIA MARIA MARTINS SANTOS - Essa é a região de Bom Jesus, de Curimatá, de Redenção do Gurgueia.

Destaco essa região, onde será implantado esse projeto na região do Piauí. Eu falo especificamente do Piauí, porque é uma região que eu conheço. Mas tenho certeza de que no Maranhão, na Bahia, nos demais Estados ocorrem coisas graves, ou até piores do que acontece no Piauí.

Essa região que compõe 19 Municípios do Piauí está em avançado processo de desertificação. Trouxe até uma foto para mostrar. Observem como está essa região! Isso fica num Município que está incluso no MATOPIBA para ser desenvolvido.

A situação é essa. Por conta da ocupação desordenada, da exploração de minérios e por outras ações do homem, está-se levando esses Municípios a um estado de desertificação.

Já se abriram voçorocas enormes em 19 Municípios. A região está enquadrada, inclusive pela ONU, no processo avançado de desertificação. Quando nos deparamos com esse projeto, vimos que a sociedade não foi consultada, nem a sociedade civil que nós representamos aqui nem as populações locais. Conversando com os colegas das outras redes, soubemos que as populações não foram ouvidas pelo MAPA para que se desenvolvesse esse projeto.

A meu ver, eles passaram por cima de nós. Não houve respeito às causas ambientais, aos animais, aos recursos hídricos, às aves, porque tem que haver o cuidado relativo a todos, principalmente aos recursos hídricos dessa região. No caso do Piauí, a situação é mais grave ainda.

Nossa preocupação é saber como essa riqueza biológica e humana, principalmente, vai ficar protegida. Como ela vai ficar protegida, dentro desse projeto de Governo?

Há um dado de 2009/2010 do Ministério do Meio Ambiente — MMA, que mostra que essa região dos Estados do MATOPIBA foi responsável pelo desmatamento de 65% do Cerrado. Ou seja, 4,2 milhões de hectares foram



destruídos nessa região, incluindo os quatro Estados para o agronegócio. O Cerrado se tornou um dos biomas mais ameaçados do País, se não o mais ameaçado.

Nós, da sociedade civil, não podemos permitir que, em nome de um desenvolvimento só econômico, desenvolva-se dessa forma, passando por cima desse prejuízo que vamos ter no futuro.

Por fim, quero dizer para os representantes do MAPA, para a Ministra Kátia Abreu, que nós da sociedade civil, socioambiental organizada, vamos lutar muito para que esse megaprojeto não seja encaminhado dessa forma. Se for possível, vamos evocar todas as forças da natureza para que esse projeto não seja implementado dessa forma.

Eu queria saber quanto tempo ainda tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Dispõe de 10 minutos.

A SRA. TÂNIA MARIA MARTINS SANTOS - Eu queria dividir o tempo com Jean, da WWF, e com o amigo da CONTAG. (*Pausa.*)

O SR. JEAN-FRANÇOIS TIMMERS - Eu queria dizer que, pela experiência, muitas vezes os conflitos ficam mais acirrados quando temos uma visão muito ampla e pouco detalhada sobre uma realidade. Vemos no processo de expansão da agricultura no Cerrado, muitas vezes, o que aconteceu no Sul. Sobram áreas de Cerrado principalmente em áreas protegidas, que são mais ou menos ilhadas, porque não houve um processo de planejamento.

Mas, se aqui estamos nos propondo a ter um plano de desenvolvimento que vai trazer uma série de informações estruturadas, geográficas, talvez tenhamos uma oportunidade de fazer melhor, fazer melhor do que foi feito antes e de forma mais estratégica, observando quais são as áreas mais frágeis, as áreas que têm ainda remanescentes, digamos, representativos de um tipo de Cerrado que não tem em outro lugar, por exemplo, trabalhando estrategicamente o encontro entre essas várias racionalidades, e no detalhe.

Quando trabalhamos lá na Bahia, percebemos que, às vezes, começávamos um diálogo dizendo: "*Ou este projeto ou aquele*". Não há meio termo. Quando se começa a pegar o *zoom*, observa-se que, às vezes, há espaço para os dois.

O que eu quero colocar aqui é a nossa disposição para colocar na mesa todas as informações para que possamos também contribuir ou receber ou trocar



com o Ministério da Agricultura para termos uma visão abrangente. Nós fizemos um trabalho amplo, nos últimos 4 anos, de definição de áreas prioritárias para o Cerrado, juntando um compêndio extenso de informações socioeconômicas sobre também usos tradicionais, sobre áreas de importância bruta, enfim, sobre tudo o que há de áreas sensíveis. E estamos colocando toda essa informação à disposição do Ministério da Agricultura para podermos trocar e construir uma via de sustentabilidade.

Obrigado.

A SRA. TÂNIA MARIA MARTINS SANTOS - Passamos a ouvir o representante da CONTAG.

O SR. WILLIAN CLEMENTINO DA SILVA MATIAS - Bom dia a todas e todos.

Meu nome é Willian Clementino. Eu sou agricultor familiar do Município de Wanderlândia, no Tocantins. Estou interinamente dirigindo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins e estou Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Primeiro cumprimento a Mesa, em especial meus companheiros e minhas companheiras aqui, os Parlamentares e o representante do MAPA.

Foi bom, Sr. André, o senhor estar aqui, e também o Sr. Luís, porque esta é a segunda audiência pública nesta Casa de que participamos e a primeira em que podemos falar, porque a outra foi só para escutarmos, na Comissão de Agricultura, da Câmara dos Deputados. Para mim, foi bom, porque vemos que há ainda algumas coisas que não estão bem explicadas, porque a Ministra estava na outra audiência pública, e há algumas informações que têm um viés de contradição grande com o que foi apresentado aqui. Isso nos ajuda, inclusive, a compreender as coisas. Não estou julgando as apresentações, eu estou julgando os dois momentos em que falamos do MATOPIBA.

Nesta região do MATOPIBA, às vezes, só pensamos em desenvolvimento econômico e esquecemos a questão social e ambiental. Depois, amanhã, ficaremos reclamando e caçaremos um jeito de botar a culpa no Executivo da época, quando não tivermos mais água, porque sabemos que o Cerrado, esta região aqui, é o berço das águas do nosso País. Sensibilizamo-nos pelo econômico e não nos



sensibilizamos pelas causas futuras, como se não tivéssemos compromisso com o futuro das próximas gerações. Com isso nós temos que nos preocupar. Às vezes, eu acho que o mundo que roda no Executivo, no Legislativo e no Judiciário esquece que vivemos o amanhã. Eu, pelo menos, quero que meus quatro filhos vivam lá na nossa propriedade para sempre e tenham as suas gerações concebidas.

Quando o mundo demanda, e o Brasil sai do mapa da fome, temos um projeto que, pela apresentação, passa meramente por um viés econômico. Não se fala de soberania, não se fala de segurança alimentar. Como vai ficar o nosso povo? Ou nós vamos conduzir o nosso povo à miséria de novo para depois ficarmos pendurados nos políticos para podermos sobreviver? Isso é preocupante. Nós não queremos ser miseráveis. Eu já fui miserável de passar fome e receber uma cesta básica a cada dia 24 do mês de dezembro, porque parecia que nos outros 364 dias não comíamos. Eu não quero voltar mais a este lugar.

Então o MATOPIBA não pode pensar só economicamente, se não pensar a alimentação. A alimentação não é só o grão, só a soja, só o milho ou só o algodão. A alimentação precisa, sobretudo, ser diversificada, porque nenhum dos que estão defendendo o MATOPIBA come só algodão, só soja na sua casa. Por que vai remeter a nós que somos os mais pobres nesta região?

Também se fala de uma tentativa de inverter a forma de produção. No entanto, eu ainda não estou conseguindo perceber qual tem sido a incidência do MAPA no Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos — PRONARA. Isso não ajuda e não fortalece o MATOPIBA. Há um discurso para o MATOPIBA, mas há uma prática que não está nos ajudando, Deputado, na redução dos agrotóxicos.

Não sou eu que estou dizendo, mas os dados oficiais do Brasil que mostram que, em Lucas do Rio Verde, até o leite materno das mães está contaminado com o veneno do agrotóxico usado nesse modelo que está sendo proposto para a região do MATOPIBA. Essa é uma preocupação muito grande.

Houve o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados — PRODECER. E agora, com o MATOPIBA, estão inclusive desvirtuando, criando outro tipo de território para o nosso Brasil. Há a SUDENE como agência de defesa do Nordeste e a SUDAM como agência do Norte. E como fica essa relação com o MATOPIBA, que está entre as duas Regiões?



Nós não fomos consultados para nada. Eu, agricultor familiar de Wanderlândia, no Tocantins, quero saber o que o Estado brasileiro vai me oferecer como agricultor, para que eu continue desenvolvendo aquilo que já tenho lá na minha propriedade, para o meu futuro. Será que o Estado vai chegar impondo que eu tenho que me juntar com 10 ou 15 agricultores, para nós plantarmos algodão ou soja naquela região, que está contaminada de eucalipto, por exemplo?

Faço essas provocações porque nós precisamos saber. Nós agricultores não somos objetos da política pública do Brasil neste momento em que achamos que somos um Estado democrático. Nós somos sujeitos. Mas precisamos ser consultados minimamente.

Além do mais, o Brasil fere o pacto internacional que estabelece que seja feita consulta pública sobre determinados modelos que serão implementados no País. Vão fazer as audiências públicas depois que já tiverem enfiado todo o eixo em nós? Como vamos tratar esse aspecto? Isso é muito ruim.

Vou encerrar trazendo algumas questões sobre as quais queria que o André, muito solidariamente, dialogasse no espaço do MAPA. Com relação ao emprego e à mão de obra, nós sabemos o número de pessoas que estão na informalidade no Brasil hoje, inclusive nesta região. A falsa ideia da geração de empregos é muito comprometedor. Quais são os critérios que, na Frente Parlamentar, que tem Parlamentares de todos os Estados em defesa do MATOPIBA, estão sendo trabalhados na relação com os governos e com o Ministério do Trabalho, no sentido de combater a informalidade e a exploração dos trabalhadores?

A exploração dos trabalhadores não é mito, é fato. Quem disser que ela não é fato não sabe o que é a realidade como eu sei, que tive um irmão que foi escravizado. Não esperem esse caso chegar ao seu sangue para poderem sentir o que é um irmão voltar para casa porque foi escravo em uma grande fazenda de produção de gado. Eu trago esses elementos para podermos avançar.

Por último, finalizo aqui, denunciando e lamentando a morte do José dos Santos, lá do Município de Bom Jardim, da Reserva Biológica do Gurupi. Ele foi brutalmente assassinado, sendo que também tentaram matar a sua esposa. Há mais dois companheiros com as vidas ameaçadas.



É esse o tipo de modelo que nós vamos seguir implementando no Brasil, para sufocar a pobreza e constituir outra a miséria neste País, depois que tanto lutamos para sair dela?

Agradecido. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Dando sequência, passamos agora a ouvir o Sr. Paulo Henrique de Moraes, Assessor Técnico da Cáritas Brasileira da Região Centro-Oeste.

O SR. PAULO HENRIQUE DE MORAIS - Paz e bem a todos e todas. Meus cumprimentos à Mesa, aos nossos companheiros aqui, à Cláudia e à Tânia.

A Cáritas tem um vídeo institucional que dialoga justamente com as questões sociais, ambientais e econômicas. Nós vamos exibí-lo e, em seguida, vamos colocar a nossa preocupação quanto à implementação do plano.

(*Exibição de vídeo.*)

Nesta oportunidade, quero dizer que somos, acima de tudo, Cáritas nessa busca da irmandade, para juntos buscarmos uma construção principalmente solidária, humana e igualitária. Eu peguei um pouco da nossa atuação onde o MATOPIBA está colocado, na região do Maranhão, na região do Nordeste III, onde está a Bahia.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Colocamos a nossa preocupação enorme com a destruição do Cerrado, depois da Mata Atlântica. Não estamos falando do índice de importância de cada espaço ou cada bioma, mas o quanto é importante verificar esses espaços sobre os quais o poderio econômico incide.

Principalmente nessa abertura da ocupação das novas áreas, em especial para exportação, a Cáritas vem se preocupando com a organização social desses grupos, que muitas vezes ficam no devaneio das suas necessidades, principalmente humanas. Essa concentração se coloca principalmente nos espaços mais urbanos.

Essa nova fronteira do MATOPIBA traz uma preocupação enorme com a produção, principalmente vista sob a necessidade de se expandir um mercado. O que esse efeito traz? Ele traz a preocupação grande da Cáritas enquanto organismo, de fazer com que essa divisão entre espaços rurais e urbanos não fique apenas na concentração, mas condicione uma vivência de bem viver entre as pessoas.



O Cerrado hoje é o bioma mais agredido nessa necessidade de produção, a qual se dá principalmente por um mercado consumista, que não privilegia aquele que precisa, mas a concentração daquele que pode pagar. Essa não é a nossa lógica. Aquele que produz, que tem a necessidade de viver e sobreviver, também precisa ter condição de vida. Nós estamos na contramão da vivência, em que a Cáritas estimula esse espaço de sobrevivência e vivências comunitárias, numa necessidade de melhor qualidade de vida.

Na proposta do MATOPIBA, nós imaginamos que há essa contramão do espaço de produção e organização que o mundo está buscando. A fala do Papa diz desse vigor de se organizarem os cristãos, para que pessoas que se propõem a ter um bem viver melhor tenham condição de se organizarem nos seus espaços próprios, para que possam ver, acima de tudo, o meio ambiente e seus espaços saudáveis de vida.

O Papa, na sua Encíclica, diz que o coração da vida é principalmente a ecologia integral, que integra todos os espaços possíveis nas dimensões em que o mundo traz as relações, que circundam principalmente a necessidade do viver bem.

A primeira questão que o Papa traz é principalmente sobre essas regiões nas quais a produção se coloca como primeiro ponto. A questão não é a produção propriamente dita, mas, sim, a produção do bem viver que é dada entre essas comunidades.

A Cáritas, em todos os aspectos das suas políticas, dos seus programas, traz essa preocupação de a comunidade organizar esses espaços em que possa ter condição de produzir e vender e de se organizar bem. Essa condição não é a da concentração de renda que, na maioria das vezes, é proposta pelos programas.

Esse aumento do paradigma da relação tecnológica que o Papa coloca só privilegia aquele que tem condição de compra, condição de trazer e condição de pagar. O Papa diz que há necessidade de que possamos ver uma forma de organização comunitária, pois a organização das pessoas e os espaços de vivência são fundamentais para garantirmos uma história de vida melhor.

É esse excesso do antropocentrismo que o Papa traz, em que a pessoa se vê como um ser notável perante boa parte dos outros, que determina a necessidade principalmente do consumo. Saímos do pacto em que a terra, o trabalho e a moradia



são indispensáveis para aquele que realmente precisa e que, na sua visão orgânica do mundo, sente uma necessidade de viver bem. Esse é o nosso lema e nosso parâmetro de vivência. A nossa mística de viver é um viver igualitário, um viver muito mais humano.

A outra lógica é a lógica do trabalho. O trabalho escravo conduz a uma concentração da miséria humana. Por isso devemos principalmente contrapor esses espaços. Nós queremos que cada um e cada uma tenha sua dignidade humana assegurada, que o mundo possa viver melhor, possa ter condições melhores e possa, como o Willian falou, garantir o futuro dos filhos e filhas daqueles que vão muito mais à frente.

Hoje, quando o trabalho é condição necessária, queremos que ele seja protagonista de um total econômico. Que tipo de econômico é esse que propõe o plano? Ele privilegia o quê? Privilegia a concentração ou a distribuição?

A distribuição é o fator fundamental que condiciona uma vida melhor, e não a concentração de renda, a tecnologia. O trabalho traz essa condição através da equanimidade, ou seja, através da distribuição equânime de tudo aquilo que prevê a necessidade humana, a condição ambiental e social.

A Cáritas traz essa grande preocupação com um modelo em que o plano é colocado através do avanço da fronteira, da poluição das águas, do desmatamento, da perda do solo e de outros espaços de moradia dos pequenos produtores e da cronologia ecológica em que o sistema ambiental está sendo proposto, principalmente na área de desmatamento.

Quero, no resto de tempo que me resta, passar a palavra para a Cláudia, que vai, como quilombola, como uma pessoa que está ali no espaço de vivência, colocar a sua forma de ver e pensar como está sendo colocado o plano.

E a nossa preocupação enquanto Cáritas é trazer a necessidade de se rever principalmente o conceito do que é desenvolvimento, o conceito do que é ser humano e o conceito do que é bem viver. O nosso bem viver enquadra todos e todas, de forma a pensarmos uma humanidade muito mais integral, principalmente no meio ambiental e ecológico, e — aí, sim — com essa garantia que o Papa nos propõe, de terra, água e moradia.



Era essa a preocupação que, enquanto Cáritas, queríamos passar para todas e a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Eu vou conceder a palavra a Ana Cláudia Matos da Silva, representante da Rede Cerrado.

A SRA. ANA CLÁUDIA MATOS DA SILVA - Sr. Presidente, quantos minutos ainda tenho do Dr. Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - V.Sa. vai ficar com 15 minutos. São 15 minutos para cada expositor.

A SRA. ANA CLÁUDIA MATOS DA SILVA - Sr. Presidente, agradeço e cumprimento todos os Srs. Deputados e, especialmente, as pessoas que estão aqui e que são a favor da nossa proposta.

Quero dizer que represento aqui a voz daqueles que são contra esse projeto, que é do capital e pelo capital. E, nessa força, estou aqui representando especialmente as pessoas que são contra, também as árvores, as plantas, os animais e principalmente os meus ancestrais que vieram da África, trazidos à força há 500 anos. Aqui sabemos resistir e também reagir.

É contra essa proposta que a Rede Cerrado se manifesta. Somos contra o MATOPIBA.

Gostaria de pedir permissão para ficar aqui na frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Sim. Fique à vontade.

A SRA. ANA CLÁUDIA MATOS DA SILVA - A Rede Cerrado é a mobilização social em defesa dos direitos dos povos e da conservação do cerrado.

(Segue-se exibição de imagens.)

Quem somos? Somos uma articulação política entre entidades da sociedade civil, em defesa do bioma e seus povos, criada durante a Rio 92. Articulamos mais de mil organizações e grupos da base comunitária presentes em 11 Estados brasileiros. Somos a aliança entre povos do Cerrado, quebradeiras de coco, povos indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, pescadores artesanais, agricultores familiares, agroextrativistas, assentados da reforma agrária, sem-terra, entre outras comunidades e povos tradicionais e também as ONGs.



Atuamos em cerca de 20 espaços de incidência política em âmbito nacional. Como vocês estão vendo, aí estão o CNPTC, o CONDRAF, a CONACER, a CONABIO, entre outros, além de diversos espaços estadual e local.

Somos povos, somos gente, somos planta e somos água.

Eis as riquezas do Cerrado que não estão contemplados nesse projeto do capital que vocês apresentaram. Temos rica biodiversidade; 5% da biodiversidade do planeta; alta taxa de endemismo; e diversidade de povos e cultura — indígenas, quilombolas geraizeiros, vazanteiros, quebradeiras de cocos, agricultores familiares e ribeirinhos. Somos o berço das águas das bacias hidrográficas e dos aquíferos. Temos estoque de carbono.

Estas são as ameaças ao Cerrado. Somos ameaçados, acima de tudo, por esse projeto do MATOPIBA. O Cerrado é fortemente ameaçado pela pecuária e expansão da fronteira agrícola, com perda de 3% da área nativa ao ano. Atualmente o Cerrado está com cerca de 50% da nossa área desmatada. O foco na conservação ambiental da Amazônia e Mata Atlântica promoveu a migração do agronegócio para o Cerrado. É este o momento em que nós estamos vivendo: a área cultivada aumentou 400% em 20 anos. O Cerrado possui baixo nível de investimentos públicos e privados voltados para conservação e uso sustentável. Prova disso é esse projeto que o PDA está apresentando. As políticas públicas e programas governamentais existentes são predominantemente voltados para grandes obras e avanço da fronteira agrícola.

O que o projeto que o representante do MAPA apresentou hoje significa para nós povos do Cerrado? O agronegócio, com seus aspectos socioculturais, promove a concentração de terras e renda e o êxodo rural; a função constitucional social da terra é reduzida; o avanço da fronteira agrícola gera conflitos de terras, o uso de violência e a morte de lideranças. Prova disso é o que o Willian colocou aqui: mataram ontem um líder que luta contra essa ideologia. Além disso, há utilização de trabalho escravo; descaracterização regional das paisagens e cultura; e desconsideração dos aspectos socioculturais regionais.

E não venham tentar nos convencer de que isso está dentro da proposta.

O que o agronegócio e os aspectos ambientais. O que faz o agronegócio em relação aos aspectos ambientais? Ele promove o desmatamento com impacto sobre



as comunidades, a água, a biodiversidade e o clima; um modelo de monoculturas, com redução drástica da biodiversidade e das funções ecossistêmicas; um modelo produtivo altamente dependente de insumos externos, com insustentabilidade energética e econômica; a contaminação do solo e das águas, com o Brasil campeão no uso de agrotóxicos; o desgaste e a erosão do solo; o assoreamento e a secagem dos cursos d'água — estamos vivendo uma grande crise hídrica no Brasil, a qual esse projeto só vai fortalecer e consolidar —; uso de sementes transgênicas, com risco para a saúde humana e para a natureza.

Isso nós, povos do Cerrado, indígenas e quilombolas, sabemos. E não venham tentar nos dizer que não sabemos e que vocês não sabem disso.

O que o agronegócio e os aspectos econômicos. O que o agronegócio faz em cima de nós com relação aos aspectos econômicos? Esse é o primeiro ato que vocês fazem, porque o agronegócio é do capital e pelo capital. Ele contribui para o equilíbrio da balança comercial gerando divisas exclusivamente para os empresários do setor; está focado na produção de *commodities* com baixa governança — esta é a palavra —; tem modelo dependente de tecnologias monopolizadas por empresas multinacionais; produz bens primários voltados para exportação, que não contribuem com a soberania e a segurança alimentar do País; é altamente subsidiado pelo Governo em todos os elos da cadeia produtiva, por isso é que vocês falaram que ele é transversal; promove concentração de terras e renda; causa prejuízos ambientais e sociais, que não são contabilizados nem nesta geração nem nas futuras, se formos ter um futuro.

O PDA-MATTOPIBA. O que está acontecendo? O Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATTOPIBA, de que vocês falaram, não foi apresentado. Também não há informações no *site* do MAPA sobre o mesmo. Vocês falam dele, mas é como se diz na música *Caviar*: “*Eu só ouço falar*”. Portanto, eu só falar que ele é bom, mas ele não está materializado em nenhum momento, em nenhum local, em nenhum espaço. Não há transparência nem há participação da sociedade civil no processo. Há impactos claros sobre áreas de povos e comunidades tradicionais. Não houve cumprimento da Convenção nº 169, da OIT, que prevê a realização de consultas prévias livres e informadas a esses povos. No Comitê Gestor, não há



representação de órgãos ambientais e dos povos e comunidades, sendo que a proposta se pauta, oportunamente, no conceito de sustentabilidade.

Como prova disso, pergunto: onde está o representante do Ministério do Meio Ambiente nesta audiência?

Continuando, o discurso de sustentabilidade do MAPA não condiz com a prática do agronegócio, que continua não respeitando a legislação ambiental nem os direitos dos povos e comunidades tradicionais. O PDA, focado no modelo do agronegócio, não contribui para os objetivos propostos de melhoria de qualidade de vida para as populações, sendo concentrador de terra e renda, excludente, gerador de êxodo rural, de degradação ambiental e de conflitos.

A situação fundiária da região é indefinida e complexa. Exigimos respeito pelas áreas ocupadas tradicionalmente pelas comunidades tradicionais, mesmo as ainda não regularizadas. Os Estados do MATOPIBA estão entre os 10 Estados com os maiores índices de utilização de trabalho escravo. Esses são dados concretos de pesquisas.

Olhem só a prova de que o MATOPIBA não nos representa e do que ele representa. Campos Lindos, no Estado do Tocantins, é o maior produtor de soja do Estado, mas ocupa o posto absoluto no Mapa de Pobreza e Desigualdade, com 84% de sua população composta de pobres e, além de tudo, 64% indigentes, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares — POF, do IBGE.

Isso significa que esse modelo não nos contempla e não nos representa. E contra ele lutaremos.

Vejam o caso de Mateiros, também no Estado de Tocantins. Ele é o terceiro maior produtor de soja, que ocupa 26,8 mil hectares da sua área, mas 81,5% da sua população é pobre. Isso significa mais um exemplo de que esse modelo não nos representa e dele não aproveitamos nada.

Faço uma pergunta para todos que nos estão ouvindo, para os Deputados e para o representante do MAPA: como e onde o agronegócio contribui com o desenvolvimento local? Como? Onde?

Nossas propostas. Não ao PDA-MATOPIBA! Não aceitamos acordos. Não tem como fazer acordo com alguém que nos vem destruir. Não aos agrotóxicos! Sim à vida! Queremos a taxaçoão imediata dos agrotóxicos, para cobertura dos danos



ambientais e danos à saúde causados à população. Queremos a implementação imediata do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos. Queremos que haja fiscalização e multas efetivas aos envenenadores do solo, das águas e das comunidades adjacentes às plantações de monocultura.

Fim do desmatamento e abertura de novas áreas no Cerrado. Queremos a implantação imediata do sistema de monitoramento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado — PPCerrado. Queremos a efetivação imediata da fiscalização e a punição dos criminosos. Queremos a imediata recomposição florestal das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal desmatadas pelo agronegócio. Queremos a aplicação efetiva do Código Florestal e de outras leis de proteção à natureza.

Regularização fundiária e segurança territorial imediata para comunidades tradicionais e pequenos produtores. Queremos a demarcação e regularização imediata das terras indígenas, quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais. Queremos o arquivamento da PEC 215 e da ADIN 3.239, que investem contra as formas já estabelecidas pelo Estado brasileiro de reconhecimento formal de terras indígenas e de terras quilombolas. Queremos a criação e a implementação das Reservas Extrativistas — RESEX e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável — RDS, há anos nos órgãos ambientais, com os tramites burocráticos já cumpridos. Queremos reforma agrária já. Dizemos “não” ao PL 1.610, o Código de Mineração. Queremos a desintrusão de fazendeiros de terras indígenas e de comunidades tradicionais e das Unidades de Conservação.

Respeito aos direitos constitucionais e internacionais. Repudiamos, em nome da Rede Cerrado, todas as emendas constitucionais, portarias e regulamentações que possam ameaçar os direitos conquistados, a exemplo da PEC 215, da ADIN 3.239 e do PDA-MATOPIBA. Exigimos que o Brasil cumpra os acordos internacionais dos quais é signatário, a exemplo da Convenção nº 169, da OIT, da Convenção sobre Diversidade Biológica e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Queremos o fim da violência no campo, com punição ágil e severa dos mandantes de crimes associados a conflitos territoriais e grilagem de terra. Queremos o fim do trabalho escravo, com punição, e a destinação efetiva para reforma agrária das propriedades onde foi deflagrada esta prática.



Reconhecimento do papel dos povos do Cerrado na manutenção das biodiversidades, água e clima e apoio as iniciativas econômicas sustentáveis. Queremos o pagamento pelos serviços ambientais prestados pelos povos do Cerrado na conservação da biodiversidade e da água e na manutenção do clima e dos modos de vida e cultura associados.

A Rede Cerrado é o conjunto de entidades e de todos os brasileiros que sabem da gravidade e da malignidade desse projeto. Nós reafirmamos a nossa opção pela agroecologia como prática e princípio integrador entre a natureza e a cultura, em oposição ao modelo degradador do agronegócio e à mercantilização da vida. Reafirmamos o nosso apoio aos projetos de agroextrativismo e agroecologia.

Essa é a proposta da Rede Cerrado e de todos aqueles que sabem o valor da vida. Continuamos unidos na luta para defender o Cerrado, suas águas e sua gente.

Não ao PDA-MATOPIBA! Dele não se aproveita merda alguma — desculpem-me a palavra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Há alguém que queira participar do debate? (*Pausa.*)

Há cinco pessoas. Eu dar a essas pessoas que se inscreveram o tempo de 2 minutos para arguirem as autoridades. Só peço que venham à frente e falem o nome, para que haja interação.

O SR. PAULO - Bom dia a todos e a todas.

O meu nome é Paulo e faço parte da ONG Mais Cerrado.

Eu estou entusiasmado com a oportunidade que temos agora de iniciar este debate. Nós ouvimos muito que o modelo existe. Nós já conhecemos esse modelo, do qual já foram apresentados aqui os prós e os contras. Agora, o que nós queremos trazer aqui é que existem outros modelos também. Nós queremos exatamente este espaço de debate.

Estamos enfrentando uma crise econômica muito séria. Mas isso não pode ser um pretexto para se dizer que vamos atropelar tudo agora, que vamos abrir aqui uma ferrovia com a China, que vamos desenvolver o País a um custo muito alto e irreversível, principalmente na questão das águas, já que estamos indo rumo ao colapso hídrico.



Então, existe um modelo que toma como ponto de partida quem conhece a região, quem mora na região. Nós temos que ouvir todo esse rico mosaico. Existe, sim, essa tecnologia. Ninguém aqui está querendo o atraso, ninguém aqui está querendo ficar para trás. Nós queremos estar à frente. Este País deve estar à frente agora, liderando esse movimento de agricultura saudável, que integra, que une e que produz alimentos saudáveis e diversos juntamente com a natureza.

Esse modelo aqui está contra a natureza. Nós nem ouvimos falarem de natureza aqui. Falaram só de agricultura, como se o Cerrado fosse um campo a ser devastado.

O Cerrado capta muito mais carbono do que a Mata Atlântica. Nós temos uma reserva estratégica em nossas mãos, hídrica, de biodiversidade e de carbono, que está sendo desprezada por gente que fala do que não sabe ou do que não quer saber.

As pessoas podem estar muito bem falando em nome de quem as financia. Tem que haver um carimbo. Quem financia essas pessoas? Quem está por trás delas? E nós sabemos quem está por trás: são as multinacionais de transgênicos e agrotóxicos.

Eu acabei de receber aqui uma mensagem dizendo que a Alemanha vai banir do país esse produto que nós achamos que é o futuro. Ele é o passado. Isso acabou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Conclua, por favor.

O SR. PAULO - Nós temos um modelo de integração, que usa esse patrimônio biodiverso, essa sociodiversidade, essas comunidades tradicionais, esses saberes tradicionais para um desenvolvimento com valor agregado, e não para ficar enchendo barriga de porco e de boi na China. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Para organizar as inscrições, quero só pedir que me passem os nomes das pessoas.

A senhora pode se identificar, por favor.

A SRA. MARIA ALAÍDE - Sou Maria Alaíde. Sou uma quebradeira de coco babaçu do Maranhão e represento o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu — MIQCB na Rede Cerrado.



Quero cumprimentar a Mesa, os companheiros e companheiras da plenária e também os Deputados que vieram aqui ajudar todos nós, povos e comunidades tradicionais, a construirmos o conceito, a compreensão do que é participar do plano.

Eu quero começar perguntando: cadê o plano? Nós não o conhecemos. Quero começar dizendo que nós não fomos consultados.

E eu acho que é relevante — esta é a palavra — um momento desses para nós, quebradeiras de coco e povos e comunidades tradicionais, porque já vimos de uma história de luta pela agroecologia, uma luta da Articulação Nacional de Agroecologia — ANA, da Rede de Agroecologia do Maranhão — RAMA, da Central do Cerrado, de povos indígenas e ribeirinhos. Esse povo todinho já vem discutindo o que é segurança alimentar e soberania. E, numa hora dessas, nós nos sentimos desrespeitados nesses termos do que é segurança e soberania alimentar.

Eu quero dialogar sobre as falas do Luís e do André. Nós tememos que esse plano seja uma grilagem disfarçada, porque vivemos um impasse entre os fazendeiros desde a década de 80. Isso chama a nossa atenção e traz uma preocupação.

Também queremos dialogar quando dizem que a EMBRAPA fez uma pesquisa, que só foi feita nas terras regularizadas. Mas existem comunidades extrativistas, povos e comunidades tradicionais que não têm nem 1 metro quadrado de terra. Então, nós precisamos ter acesso livre para colhermos a nossa biodiversidade, que nos serve de segurança alimentar.

Quero dizer também que o fator econômico, para nós, na nossa cabeça, anda junto com o social, o ambiental e o cultural. E nossa cultura está sendo desrespeitada quando se apresenta um projeto dessa forma, dessa natureza.

Por que não aproveitam este momento para colocar o desenvolvimento sustentável para povos e comunidades tradicionais, com seus valores e seus saberes, ampliando as conquistas que já temos tido em nossas áreas?

Sobre a questão do território, que forma é essa que considera um território, sendo que atuamos não somente em um? Existem territórios em que podemos participar social, cultural e ambientalmente, como estamos fazendo nesse conjunto, dando continuidade às conquistas já alcançadas em outros momentos.



Quero dizer que o Maranhão, o Piauí, o Tocantins e a Bahia são nossos parceiros. Nós das comunidades tradicionais vivemos do extrativismo que ali existe. E estamos aqui, em conjunto, dizendo “não” a esse plano que nós não conhecemos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Com a palavra à Dona Edite Lopes.

A. SRA. EDITE LOPES - Bom dia.

Eu sou Edite Lopes, da Agência 10envolvimento, que tem uma atuação na região oeste da Bahia, mais especificamente na Bacia Hidrográfica do Rio Grande, onde estamos há 11 anos.

A preocupação do bispo que idealizou a nossa agência era justamente com o sumiço da água, com os rios morrendo. É interessante observar que as populações estão ali há séculos, mas a água começou a sumir há 30 anos, exatamente com a chegada da fronteira agrícola.

Nós acompanhamos as comunidades invisíveis que margeiam o agronegócio, em Formosa do Rio Preto, São Desidério, Baianópolis, Riachão das Neves, Barreiras. E o povo continua sendo expulso a bala ainda hoje.

Temos várias preocupações. O MATOPIBA está aí. A ocupação das terras vai ser da mesma forma? E quanto àquela economia, que também é invisível? As populações estão ali produzindo seu gado, criado de forma extensiva, produzindo leite, queijo e requeijão, plantando feijão, arroz e hortaliças. Mas isso não é visto, isso não é considerado.

O que é qualidade de vida? O povo tem o Rio Preto, onde toma água limpa. Mas, em alguns lugares, a água já não está limpa, porque há o agrotóxico. Depois da chuva, a população já começa a ter alergia, dores de cabeça e náuseas. E isso começou a surgir de um tempo para cá.

O Papa Francisco vem respaldar o nosso trabalho quando compara a terra com as pessoas mais miseráveis do planeta. Eu, que estou trabalhando há 11 anos na região, que sou filha da região, estou vendo muita gente miserável. Então, esse progresso é uma ilusão, porque ele só vem para alguns.



E quem são esses médios agricultores, essa classe média? São as pessoas que vieram de fora? São do Sudeste, do Sul do País? O povo mesmo da região está relegado a um canto.

Portanto, nós queremos saber onde é que está esse plano. Ele não está no *site*. As pessoas precisam ser consultadas, e não somente uma parte. Quem decide sobre a nossa região e o nosso Estado é o setor agroempresarial. E a população? E os demais sujeitos que compõem aquela sociedade? Eles também precisam ser vistos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Obrigado, D. Edite.

Vou tentar acertar aqui o próximo nome: Srewe Xerente.

O SR. SREWE XERENTE - Obrigado.

Meu nome é Srewe Xerente. Eu sou da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado — MOPIC.

Para mim, é um prazer enorme estar aqui. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da nossa companheira e parente “quilombela”, a Ana Cláudia. (*Risos.*) Não é quilombola, é “quilombela”, porque quilombolas são os homens e belas são as mulheres. (*Palmas.*)

Então, para mim, é muito importante, ao longo dos 515 anos de luta e resistência dos povos indígenas, estar aqui, nesta Casa do Povo brasileiro, que é a Câmara Federal, participando e falando ao microfone, em português, que é uma imposição para nós.

Mas eu quero falar aos demais expositores que esse PDA, que foi criado pelo Ministério, pelo próprio Governo, de fato suprime os nossos direitos. Não houve uma consulta, não houve uma apresentação desse projeto para os povos indígenas nem para as comunidades tradicionais quilombolas.

Nós podemos dizer que esse projeto ainda é bastante distante para nós indígenas. Ao longo dos 515 anos, os governos que antecederam o atual passaram por esse mesmo projeto de discussão desenvolvimentista. E eu quero dizer, como indígena — nós somamos quase 1 milhão de habitantes no Brasil —, que ainda não existe um indígena sequer que esteja enquadrado nesse modelo desenvolvimentista.



Com referência à Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, que o próprio Governo, a Presidenta Dilma instituiu pelo Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, eu gostaria de perguntar ao Luís como é que o projeto vai dialogar com essa política, que fala da proteção do território, dos cursos dos rios, dos indígenas. Nós sabemos que o uso ordenado do agrotóxico contamina todo mundo, só não contamina quem está pulverizando, porque tem todos os equipamentos de proteção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Peço-lhe que conclua.

O SR. SREWE XERENTE - Eu vou concluir rapidamente.

Além do mais, há a Convenção nº 169, da OIT. Eu queria saber como fica isso. Nós estamos muito perdidos.

Eu queria muito que o Governo brasileiro olhasse para os povos indígenas, que estão necessitando de terras primeiramente, nos Estados do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, do Paraná e, por fim, do Rio Grande do Sul.

Meu muito obrigado e um abraço a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - O próximo inscrito é o Jean Marconi, que disporá de 2 minutos também.

O SR. JEAN MARCONI- Bom dia a todos.

O meu nome é Jean Marconi. Eu faço parte do Movimento Slow Food, de que sou o articulador para a Região Centro-Oeste.

Queria endossar as palavras da Rede Cerrado. Nós estamos sofrendo, sentindo o calor dos últimos dias em Brasília, mas ninguém se lembra do desmatamento que o Cerrado aqui sofreu.

Se pedirem para citarmos dez tipos de frutos comestíveis do Cerrado, nós vamos dizer. Se pedirem para citarmos mais dez, com algum esforço, ainda conseguimos dizer. Mas há dados de pesquisadores, como o Donizete, da Rede Ecodata, e o Marcelo Kuhlmann, que é botânico, que mostram que existem mais de 200 tipos de frutos no Cerrado com potencial alimentício.

Então, colocar um plano como o do MATOPIBA, para devastar o Cerrado, é uma vergonha. O Movimento Slow Food apoia e defende os pequenos agricultores, as comunidades tradicionais, os quilombolas, os indígenas, os guardiões das sementes crioulas, os vazanteiros, os geraizeiros.



Então, nós estamos juntos. MATOPIBA, não!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Tem a palavra a Sra. Isolete.

A SRA. ISOLETE WICHINIESKI - Bom dia a todos e a todas.

Eu sou da Comissão Pastoral da Terra. Nós estamos num processo de organização que chamamos de discussão de estratégias para articulação do Cerrado, para podermos organizar e tentar discutir com as comunidades essa identidade de “cerradeiros” e também a preservação desse bioma através da campanha em defesa do Cerrado.

Eu queria trazer alguns elementos — acho que as comunidades já falaram muito — relacionados à questão dos conflitos nessas áreas que são do MATOPIBA, principalmente no Maranhão, no Piauí, no noroeste da Bahia e também no Tocantins. São áreas em que nos últimos anos vimos muitos conflitos. Nos últimos 10 anos, dos onze mil e oitocentos e poucos conflitos que registramos na Comissão Pastoral da Terra (CPT) 38% estão nas áreas de Cerrado. Se pegarmos essas regiões do MATOPIBA, principalmente as regiões de acesso a outros biomas, veremos que os conflitos são ainda maiores.

O Prof. Carlos Walter desenvolveu um Índice de Conflitividade. Nas regiões da Amazônia e do Cerrado, esse índice, que deveria chegar a 1%, que significa um índice já alto, chega a 6% de conflitos. Então, há um índice muito alto de conflitividade nessa região.

Outra coisa que eu queria trazer e que a Cláudia trouxe, Sr. Presidente, é a questão da regularização das comunidades nessas regiões. Nessa região há 820 assentamentos de reforma agrária. Com certeza, esses assentamentos, que já foram comunidades de assentados, que saíram de um processo em que não tinham terras para irem para suas terras, vão ser impactados com esse processo, estão sendo impactados com esse processo, além de todas as outras comunidades que não estão regularizadas.

Nós temos dois Estados, o Tocantins e o Maranhão, que são áreas de Amazônia Legal, que estão dentro do Projeto Terra Legal. Nós já havíamos denunciado que esse projeto seria uma grilagem de terras na Amazônia, e está



sendo uma grilagem de terras na Amazônia, não está regularizando a terra dos pequenos. Quando o Governo pensa num projeto desses — acho que isso é característica do nosso Governo —, ele não pensa num projeto de desenvolvimento, mas em gavetas, que não incluem todo mundo, somente algumas pessoas.

Eu quero dizer também, Sr. Presidente, que não há um êxodo rural. Se pegarmos a ótica, o conceito do êxodo na Bíblia, veremos que o povo saía de um lugar onde não tinha condições de viver para ir a uma terra prometida. Buscava uma terra que tivesse leite e mel, como se fala na Bíblia. Aqui não ocorre êxodo, mas expulsão das famílias. Não é uma expulsão só a tiro, porque as famílias que estão acopladas, que vivem nos arredores do agronegócio não têm condições de sobreviver por causa do agrotóxico, que polui as águas e mata aquilo que retiram da sua comunidade.

No ano passado, nós tivemos, em Uruçuí, um encontro das comunidades do Maranhão e do Piauí. Uma senhora que já estava em estágio bem avançado de um câncer fez questão de ir ao encontro. Ela não participou do encontro, mas ela fez questão de ir ao encontro para dizer: *“Na minha comunidade...”* E aí há uma questão muito forte, porque a palavra “câncer” é muito forte para as pessoas. Eles não conseguem dizer que têm câncer. Eles dizem: *“Nós temos os mesmos sintomas”*. Nessa comunidade, que é uma comunidade pequena, de quarenta e poucas famílias, cinco pessoas têm os mesmos sintomas que ela tinha. Ela falou assim: *“Nós não temos mais condições de comer as frutas porque as nossas fruteiras estão morrendo. Para onde nós vamos?”* Acho que seria importante colocarmos também isso nesse debate.

Pelo que eu entendi, esse projeto não é para os pequenos, é para a classe média, porque quem ganha até dois salários mínimos é pobre hoje em dia. Eu acho que, se colocarmos numa lista quem ganha acima de um salário desse grupo, de 0 a 2, de trezentas e oitenta e poucas mil que foi colocado, vamos ver que o índice é bem alto de quem ganha até um salário mínimo.

Outra coisa que eu acho importante e que não foi colocada aqui é que existe desde 1995 — por isso nós achamos estranho — uma PEC para ser votada no Congresso Nacional que determina o Cerrado e a Caatinga como patrimônio nacional, mas até agora essa PEC não foi votada. No ano passado, entrou duas



vezes na pauta de votação e saiu. Por quê? É isso o que eu quero perguntar.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Eu vou passar a palavra aos expositores, seguindo a ordem de apresentação, para a finalização deste momento.

Concedo a palavra ao Dr. Luís Eduardo Rangel.

O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL - Obrigado, Sr. Presidente. Eu só queria enaltecer que fóruns como este são muito interessantes para revisitarmos nossos conceitos internos no Ministério da Agricultura quando se fala num plano. Eu acho que o debate democrático é sempre muito interessante, principalmente para termos uma visão que talvez dentro da visão inicial do Ministério da Cultura não seja percebida.

Eu queria separar algumas coisas interessantes do ponto de vista da universalização, que é o que a gente chama de defesa agropecuária. Defesa agropecuária é um conjunto de ações e iniciativas que visa à preservação da sanidade dos vegetais e a saúde dos animais, rebanhos, etc. Isso inclui não somente aquelas variedades de espécies que tradicionalmente são conhecidas e encontradas nos supermercados, mas também as de potencial exploração no Brasil hoje. Eu acho que foi bem colocado aqui pelos expositores, na hora em que lhes foi franqueada a palavra, sobre as espécies de Cerrado pouco exploradas e todo o contexto desse potencial.

Quando a gente fala de pragas na área de agricultura e pecuária, elas não respeitam necessariamente classes sociais, são transversais. Eu costumo comentar que a defesa agropecuária, nesta área de sanidade animal e vegetal, comporta-se mais ou menos como na saúde humana. A dengue não vê raça, não vê padrão social. A dengue, como doença sanitária, possui essa transversalidade, assim como as doenças e as pragas na agricultura. Então, um Plano de Defesa Agropecuária, separando o desenvolvimento do MATOPIBA especificamente da defesa agropecuária, visa universalizar esse conceito, quer dizer, a gente precisa da sociedade como um todo olhando para esse contexto.

Muito se falou sobre desenvolvimento. Eu acho que o ponto de vista de desenvolvimento que vocês colocaram sobre desenvolvimento foi muito relevante



sob todas as óticas da sociedade, bem como a questão da preservação de mananciais. Enfim, todo esse conceito é muito importante.

Um dos pontos colocados que eu acho importante ressaltar é a questão do chamado conjunto da obra da legislação, do arcabouço legislativo brasileiro, que deve ser olhado como um todo. Foi bem colocada aqui a forma como se relaciona um Plano de Defesa Agropecuário, um Plano de Desenvolvimento da Agricultura com outras normas e decretos publicados visando a essas questões ambientais.

A gente costuma analisar isso, no conjunto, como freios e contrapesos do modelo de desenvolvimento ou do modelo de defesa agropecuária existente. Então, a gente não necessariamente pode avançar sobre outras normas que estabelecem essas relações.

Para tranquilizá-los, os eixos principais do Plano de Defesa Agropecuária estão disponíveis no *site* do Ministério. Depois eu posso passar o cartão com o *site* para vocês procurarem. O Dr. André vai comentar com vocês sobre o MATOPIBA.

Outro ponto colocado, bastante importante de ser ressaltado, é a questão dos agrotóxicos. De fato, é um insumo de produção bastante utilizado no modelo tradicional. O Ministério da Agricultura tem focos e vertentes de políticas públicas para tentar compensar, sob uma ótica mais sustentável, essa questão dos agrotóxicos.

A gente tem pregado que a defesa agropecuária tem de utilizar — é um conceito muito antigo, muitas vezes, esquecido dentro do ambiente agrícola — o manejo integrado de pragas. Trata-se de um conceito extremamente técnico que precisa ser utilizado, e é difícil de ser utilizado. É mais simples para os agricultores tradicionais utilizarem as ferramentas mais práticas, como os agrotóxicos.

A gente tem defendido isso. Nos últimos anos, essas políticas têm sido feitas na agricultura orgânica, que traz produtos, o que a gente chama de transversalidade na agricultura. O uso de produtos na agricultura orgânica não se restringe à agricultura orgânica, que empresta essas tecnologias para a agricultura tradicional. Isso tem trazido, no nosso entendimento, a possibilidade de sucesso. Eu vou dar um exemplo. Recentemente, nós tivemos uma infestação dramática de uma praga chamada *Helicoverpa armigera* nas diversas Regiões do Brasil. O produto que mais se enquadrava como solução para essa praga não foi um produto químico, foi um



produto biológico que mostrou realmente o efeito desse potencial do manejo integrado de pragas.

Então, isso é para mostrar que, claro, a gente precisa de mais políticas, eu acho que ainda é pouco o que a gente faz dentro do tamanho do mercado de agrotóxicos que nós temos. Discussões como esta fazem com que a gente intensifique políticas para buscar o que a gente chama de manejo integrado de pragas.

Então, era mais ou menos isso, Deputado. Era apenas um rápido comentário sobre o Plano de Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Concedo a palavra ao Dr. André Nassar.

O SR. ANDRÉ NASSAR - Sr. Presidente, não será possível reagir a tudo, porque foi muita coisa. Houve um monte de acusações. Até palavrão o pessoal me falou. Eu gosto de um palavrão, mas não acho que ele represente bem o quando estamos dialogando. Mas tudo bem.

Houve uma misturada de números aqui: a Tânia falou que foram 4,2 milhões de hectares desmatados; você falou que foram 4,2 mil quilômetros quadrados, que dá 420 mil hectares. Então, precisamos achar exatamente qual é a ordem de grandeza dos números. Os números do IBAMA dizem que, de 2009 para 2010, abriram 420 mil hectares de Cerrado. Esse é o número. Não é 4,2 milhões de hectares.

Ninguém falou, mas metade do Cerrado já está aberto. Esta é a grande preocupação aqui: que o agronegócio, em mais 10 anos, vai abrir a outra metade. Quem pensa isso está completamente fora da realidade e não tem a mínima ideia do que está acontecendo ali.

Eu queria falar das coisas com as quais eu não concordo. Eu acho que é melhor. Primeiro, eu não concordo com a ideia de que a agroecologia está em oposição a outros modelos de produção. Não existe isso! Isso é furado e não faz o menor sentido. Existem diferentes tipos de agricultura: algumas com mais impacto, outras com menos impacto e em diferentes partes.

É óbvio que, quando se aplica agroquímico em volumes elevados, isso pode, sim, prejudicar as comunidades que estão no entorno — há o vento, que leva o



agroquímico quando se aplica de avião, etc. Agora, isso se resolve com boas práticas, não com aquelas ideias malucas do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos — PRONARA, de taxar agroquímico. Agroquímico faz parte de tecnologia!

Estou totalmente de acordo com que haja manejo integrado de praga, que tem que reduzir... Estou totalmente de acordo com isso. O Ministério da Agricultura tem que ser cobrado por isso, mas dizer que o PRONARA é a solução não faz sentido. Ou enxergamos a possibilidade dessas duas coisas ou a coisa não vai andar.

Não posso concordar com a ideia de que alimentar boi, porco e frango na China é ruim. Não posso concordar. Isso é alimento do mesmo jeito. Ou seja, é uma cadeia de produção.

Não posso concordar que o agronegócio é responsável pelo trabalho escravo no Brasil. Calma! Existe trabalho escravo na agricultura, mas o agronegócio é responsável por isso? Quer dizer que há trabalho escravo em todas as propriedades? Trabalho escravo é a pior coisa que pode acontecer no Brasil e é óbvio que ocorre no meio rural. É óbvio que isso acontece, mas daí a dizer...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANDRÉ NASSAR - Tudo bem! Eu não estou discordando. O que eu estou dizendo é que existe um modelo de agronegócio que não faz uso de trabalho escravo. Vocês se esqueceram dele? Esqueceram, então? Quer dizer que aquele que não faz não vale, não existe?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANDRÉ NASSAR - Ótimo! Deixem ele...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANDRÉ NASSAR - Não! Não é verdade isso. Não é verdade! Vocês estão misturando as coisas. Uma coisa é um tipo de produção agrícola intensiva em capital; outra coisa é um modelo de agricultura que era baseado em baixa produtividade, fortemente em cima de alguns tipos de atividade produtiva — que eu não vou falar aqui, porque senão eu acuso todo mundo, o que não é verdade — em que se encontrou muito trabalho escravo. Está-se indo em cima. Tem que ir em cima, tem que pôr na cadeia e fazer o que tem que ser feito. Não existe movimento



do agronegócio para esconder isso. Não existe movimento organizado para isso. Não existe!

Eu aceitaria alguma coisa do tipo: “*O agronegócio não quer seguir as regras da Norma Regulamentadora nº 31*”. Eu até aceitaria um comentário desse tipo, mas eu nunca vi nenhuma liderança do agronegócio dizer que é a favor do trabalho escravo.

Não posso concordar com a ideia de que o Plano de Defesa Agropecuária — PDA é uma grilagem disfarçada. Pelo amor de Deus! O agronegócio não é a favor de grilagem. No agronegócio que eu conheço, o cara quer comprar terra, o cara quer se registrar no INCRA, o cara quer fazer o que tem que ser feito.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANDRÉ NASSAR - Faz parte também. Há miserável lá também.
(Risos.)

Gente, o agronegócio que produz soja contribui para a segurança alimentar. Não posso concordar que ele não contribui. É claro que ele contribui. Sem dúvida, ele contribui para a segurança alimentar. Vocês podem dizer assim: “*Não pode produzir só soja; tem que produzir arroz, tem que produzir feijão*”. Está ótimo. Vamos discutir a diversificação. Não há problema.

Não lembro a expressão usada para o eucalipto.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANDRÉ NASSAR - Não é isso. Eu achei mesmo que há uma insensibilidade de vocês para conosco. Isso foi o que eu achei. Eu estou tentando puxar uma conversa, mas ela não vem. Vem acusação. Está difícil!

Eu acho que vou terminar.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANDRÉ NASSAR - Nós estamos elaborando o plano. O plano está sendo elaborado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANDRÉ NASSAR - O plano está sendo elaborado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Esperem só um instante. Vamos deixar o Nassar terminar.

O SR. ANDRÉ NASSAR - Já terminei.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Vou passar a palavra ao Paulo, representante da Cáritas, que precisa cumprir um compromisso imediato.

O SR. PAULO HENRIQUE DE MORAIS - Em primeiro lugar, Deputado, eu quero agradecer a participação nesta audiência, que está tendo um debate está muito rico.

A Cáritas propõe, principalmente, a defesa da sociobiodiversidade, a cultura da solidariedade e a mística do modelo libertador, que pode fazer com que a sociedade se proponha, tanto na parte do consumo, da produção e também da conservação, a partir de suas culturas locais, a construir a vida e a defender a vida.

A partir das nossas ações e projetos, buscamos estar juntos na luta e na defesa da vida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Já?

O SR. O SR. PAULO HENRIQUE DE MORAIS - Já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Passo a palavra à Profa. Tânia.

A SRA. TÂNIA MARIA MARTINS SANTOS - Eu fiquei assustada pelo Sr. André ter falado que o plano não está pronto. Por que então a Ministra andou nos quatro Estados lançando e mostrando esse plano, falando dele, reuniu-se com os Governadores, fazendo festa no lançamento desse plano, se ele não está pronto? Há possibilidade, já que ele não está pronto e está sendo construído, de nos colocar para discutir esse plano?

Nós somos opositores a esse plano e vamos continuar sendo. Inclusive vamos redigir uma carta sobre o que aconteceu aqui nesta reunião, repudiando o comportamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA, que continua resistente a esse projeto, indo de encontro a todos os nossos desejos e desrespeitando os movimentos socioambientais do Cerrado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Passo a palavra a nossa caríssima representante quilombola da Rede Cerrado, Ana Cláudia.

A SRA. ANA CLÁUDIA MATOS DA SILVA - A Rede Cerrado agradece por estar participando deste momento, deste diálogo. Ao mesmo tempo, vê-se que é um diálogo fechado, em que tudo está sendo escondido da gente.



Gostaríamos de ressaltar e repudiar a atitude do representante do MAPA e de dizer que nós sabemos o que representa a Senadora e então Ministra Kátia Abreu.

Nós não queremos esse modelo e não queremos ser classificados com o conceito de classe média. Nós somos produtores rurais quilombolas, somos indígenas, somos quebradeiras de coco, temos os nossos conhecimentos próprios. É por esse desenvolvimento que nós pensamos e lutamos. Nós não queremos esses instrumentos. Tudo se passa como se nós não soubéssemos de nada e não quiséssemos o desenvolvimento. Vocês estão colocando um desenvolvimento como se fosse destruição.

Nesse sentido, nós afirmamos a nossa contraposição a esse modelo de agronegócio e afirmamos que vamos reagir contra isso.

Nós podemos não ter o dinheiro e o capital, mas temos valores que vocês não têm: o valor da vida, da cultura, da natureza, o respeito ao ambiente em que estamos. Por isso lutaremos até o fim.

Invocamos a força daqueles que sabem da maldade desse projeto contra o povo e o Cerrado brasileiro. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Nós agradecemos a participação de todos.

Nós vamos transformar as conclusões deste encontro num documento e vamos fazê-lo chegar às instâncias de Governo, em cada área, porque este é um momento que vai se repetir.

Esse instrumento de Governo é um plano que vai ser discutido também pelas comunidades e por todos os setores envolvidos. Isso é o que o Governo nos assegura. Essa área delimitada, de intervenção pública e privada, será de interesse do Governo, mas também será uma área que terá um Conselho amplo, com a participação de todos, para que haja uma convergência, uma política humana e econômica. Esse contraditório vai ser ressaltado para que tenhamos esse olhar de preocupação com os conflitos que temos que minimizar, enfrentar e resolver.

Eu agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião. *(Palmas.)*